



**ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES**

**LEGISLATIVAS 2009 EM DEBATE**  
**A ARQUEOLOGIA E O PATRIMÓNIO CULTURAL**

**MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO**

**LISBOA**

**17 DE SETEMBRO DE 2009**

## 1. INTRODUÇÃO

A 27 de Setembro o país votará o seu destino para os próximos quatro anos. As políticas culturais, nomeadamente a gestão do Património Cultural, são assuntos prementes e por isso a Associação dos Arqueólogos Portugueses decidiu organizar o único debate público na área.

As políticas para a Cultura e o Património Cultural têm suscitado grande discussão nos últimos anos. Os casos da criação do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, IP) com a reorganização institucional, o novo Museu dos Coches ou a construção do Museu no vale do Côa são alguns dos casos que recentemente alcançaram notoriedade pública.

O espaço histórico e quase mítico das Ruínas do Carmo, no Museu Arqueológico do Carmo em Lisboa, foi o cenário escolhido para um debate que conta com a presença dos vários partidos com representação parlamentar.

Os temas em discussão serão:

- **O Património Cultural e a Arqueologia como recurso estratégico e factor de desenvolvimento sustentável;**
- **O enquadramento legal e institucional da gestão pública do Património Cultural e da Arqueologia;**
- **A promoção da investigação científica na área do Património Cultural e da Arqueologia;**
- **O exercício da profissão de Arqueólogo no sector público e privado.**

Os representantes dos partidos são:

- **Bloco de Esquerda:** Cláudio Torres, arqueólogo e director do Campo Arqueológico de Mértola;
- **CDS – Partido Popular:** Diogo Henriques, advogado e chefe de gabinete da Presidência;
- **Partido Comunista Português:** João Oliveira, advogado e deputado à Assembleia da República, cabeça de lista no círculo de Évora;
- **Partido Ecologista “Os Verdes”:** Francisco Madeira Lopes, advogado e deputado à Assembleia da República, candidato no círculo de Lisboa;
- **Partido Social Democrata:** Zita Seabra, deputada à Assembleia da República, candidata no círculo de Lisboa;
- **Partido Socialista:** João Pedro Cunha-Ribeiro, subdirector do IGESPAR, IP.

## 2. O QUE DIZEM OS PROGRAMAS ELEITORAIS?

Como instrumento de apoio ao debate, a Associação entendeu proceder a uma recolha de passagens relacionadas com o tema, nos programas eleitorais dos vários partidos ou coligações concorrentes às próximas Legislativas<sup>1</sup>.

O método utilizado foi uma pesquisa simples nas versões PDF ou HTML dos programas eleitorais que pudemos identificar nos sítios internet dos partidos. Essa busca correspondeu aos termos “arqueologia”, “património” e “museu”, assim como de palavras deles derivadas.

Dessa pesquisa optámos por excluir referências relacionadas com a reabilitação urbana ou a outros tipos de património que não o cultural. Muitas referências ao chamado património cultural imaterial foram também excluídas, por se afastarem demasiado do centro da discussão: a Arqueologia.

Em todo o caso, sublinhamos que se trata de apenas da selecção de um conjunto de passagens, cuja leitura não pode substituir a análise dos programas eleitorais das forças políticas concorrentes. A qual, em boa verdade, permite uma percepção abrangente das posições tomadas, nomeadamente em termos ideológicos.

---

<sup>1</sup> Seguimos, como princípio geral, o exemplo do Scottish Civic Trust (2009) - *Briefing Note. European Parliamentary Elections 2009. Party manifestos and the environment: a review of manifesto commitments covering topics such as planning, housing, housing and landscape. 22 May 2009.* Disponível em linha em <http://www.scottishcivictrust.org.uk/sct/Documents/Publications/Euro%202009%20Analysis%20of%20Party%20Manifestos.pdf> [Consultado em 17-09-2009]



## BLOCO DE ESQUERDA

*“Criação de gabinetes municipais e regionais de apoio à criação de emprego local (junta autarquias, centros emprego, segurança social, direcções regionais de economia): programas de intervenção territorial que integrem as medidas gerais existentes de emprego, formação profissional e incentivo às actividades económicas e incluam incentivos territoriais específicos à diversificação produtiva e à criação de postos de trabalho permanentes; acompanhar e apoiar iniciativas locais de criação de emprego (dando prioridade às áreas de artesanato, produção cultural e actividades ligadas ao património natural, cultural e urbanístico; turismo de natureza, rural, de aventura, cultural, gastronómico e cinegético; tecnologias de informação e comunicação; serviços de proximidade que facilitem a conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar (apoio a crianças, idosos e outros dependentes); medidas específicas de reforço do apoio social aos desempregados e pessoas endividadas.” (Defender o emprego, 78-79)*

•

*“Garantir a reabilitação do património arquitectónico construído, incluindo o habitacional: desenvolver programas à semelhança das Aldeias do Xisto e das Aldeias Históricas.” (Assegurar atractividade dos territórios e a capacidade de acção das autarquias, 79)*

•

*“Tal como nas outras áreas, a preservação do património não pode estar dependente da criação de fundações e fundos privados, da mesma forma que, ao nível do património material, deve ser rejeitada a mercantilização e exploração meramente comercial dos monumentos nacionais, como tem estado em discussão” (Princípios gerais de uma política cultural pela igualdade, 86)*

•

*“• Ligação dos equipamentos culturais com o seu exterior deve compreender a estruturação de novos profissionalismos, em particular no que se refere à animação e à mediação cultural, enquanto capacidade de dar resposta às solicitações dos públicos, respeitando a pluralidade de pontos de vista, percepções, gostos e percursos de vida e alargando as «leituras possíveis» dos objectos e sítios culturais;*

*• Funcionamento em rede deve alastrar das bibliotecas públicas e escolares, dos museus e cineteatros, para todos os equipamentos culturais, passando, crescentemente, da escala regional e distrital à escala das NUTS III ou mesmo concelhia, ao mesmo tempo que promove práticas de internacionalização e circulação global de conteúdos, pessoas e experiências;*

*• A política de descentralização significa também que museus, arquivos e bibliotecas centrais (Torre do Tombo, Museus Nacionais ou Cinemateca) devem promover tanto quanto possível um acesso mais igualitário aos seus bens, através de protocolos com outras instituições para*

*acções comuns, itinerância e difusão descentralizada dos seus bens*” (Equipamentos culturais, 86-87)

•

*“Plano de emergência no apoio e salvaguarda do património cultural”* (Território, desenvolvimento e turismo cultural, 90)

•

*“Dinamização da rede nacional de museus, para que efectivamente funcionem em rede e com orçamentos dignos, que lhes permitam ultrapassar as meras preocupações de sobrevivência, reforço que certamente se traduzirá na agilização e renovação dos departamentos educativos”* (Território, desenvolvimento e turismo cultural, 90)

•

*“Circulação dos animadores e mediadores culturais nas escolas, bairros sociais, associações, prisões e instituições culturais do Estado (nomeadamente museus e bibliotecas)”* (Território, desenvolvimento e turismo cultural, 90)



## **CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR**

*“A preservação da Herança Cultural é primordial. A valorização e o respeito pela herança cultural passam por uma alocação ajustada e inquestionável das verbas necessárias à preservação do património que deve ser salvaguardado. Defendemos programas específicos para cada área do património material nomeadamente para preservação, programação e dinamização do acervo arqueológico, arquivístico, arquitectónico ou paisagístico. O Estado tem de dar o exemplo, ao não deixar degradar o seu património e os monumentos nacionais.*”

*Temos de dar garantias de dignidade da nossa rede de museus públicos, estimulando o mérito de cada instituição no funcionamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento constantes, considerando uma maior autonomia na sua gestão. É necessário criar programas de incentivo às indústrias criativas que dêem continuidade, formação e divulgação de competências técnicas e artísticas tradicionais portuguesas, como a joalheria tradicional e o artesanato.”* (Cultura, 50)

•

*“Igualdade de oportunidades no acesso à cultura é o passo seguinte. Insistimos nas disciplinas culturais nos programas escolares, e maior dinamização dos serviços educativos, pois insistimos numa maior ligação dos espaços culturais à comunidade educativa em que se inserem. Defendemos uma maior aposta no voluntariado cultural, a melhor participação da comunidade nas instituições e nos projectos culturais. Pretendemos a continuação e aumento de programas, em rede, de apoio à difusão cultural através das novas tecnologias, nomeadamente visitas virtuais a museus e eventos culturais.”* (Cultura, 53)

•

*“A liberdade criativa e a difusão artística têm de ser protegidas. O Estado deve ter um papel de agente mobilizador, abstendo-nos de qualquer dirigismo, mobilizando os agentes para a criação e oferta diversificada, do património, às artes contemporâneas (literatura, artes visuais ou dos espectáculos), das artes performativas ao cinema, estimulando todas as expressões artísticas porque são a representação e produção actual da nossa criatividade.”* (Cultura, 52)

•

*“Alocação ajustada e inquestionável das verbas necessárias à preservação do património que deve ser salvaguardado. O Estado tem de dar o exemplo: não deixar degradar o seu património - e os monumentos nacionais – e dar garantias de dignidade da nossa rede de museus públicos, estimulando o mérito de cada instituição no funcionamento.”* (Cultura, 53)

•

*“Devem ser tomadas as medidas necessárias para que o desporto náutico seja ligado à escola, como forma de sensibilizar os jovens para os assuntos do mar assim como dinamizar o papel de grupos – desportivos recreativos, associativos - e órgãos culturais (museus e outros) que, nas suas actividades, tenham em conta o mar, como forma de reforçar a sensibilidade marítima dos portugueses.” (Políticas do mar, 153)*

•

*“O objectivo estratégico tem de ser o crescimento, não do número de turistas, mas da receita por turista. Esse é o objectivo correspondente a um turismo de qualidade que valorize os nossos factores de diferenciação e diversificação. Destacamos o património histórico e cultural, a partir de segmentos chave como são o MICE, o mar, o turismo Natureza e o golfe, o turismo religioso e cultural.” (Turismo, 215)*

•

*“Esta política deve i) actualizar a Estratégica Nacional de Turismo, substituindo o Plano existente, por um novo, que tenha em conta a situação económica actual, a crise do sector imobiliário e responda ao desafio da qualificação ii) elaborar Planos Regionais de Desenvolvimento Turístico em complemento do Plano nacional iii) apostar numa oferta turística de excelência e na requalificação da oferta existente, valorizando o seu património edificado e cultural iv) promover uma estreita articulação entre os sectores do turismo, da cultura, do ambiente e ordenamento do território, valorizando o nosso património, por um lado, e, por outro, construindo um modelo de turismo sustentável v) desenvolver uma política fiscal favorável ao sector e à competitividade das empresas, nomeadamente com soluções que privilegiem os investimentos que envolvam recuperação de património edificado vi) definir e implementar um processo de planeamento e instalação de um sistema eficaz de sinalização turística vii) garantir uma melhor articulação com o sector de transporte aéreo, garantindo que o desenvolvimento de ligações aéreas low cost seja feito no interesse da captação de fluxos turísticos, mas em condições de equidade face às transportadoras aéreas tradicionais.” (Turismo, 215-216)*

•

*“Aposta nos factores de diferenciação do destino turístico português; mar, património e cultural, conferências e eventos, natureza, golfe, itinerários religiosos.” (Turismo, 218)*



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**

*“A democratização e promoção do acesso à cultura e à defesa do património cultural, com uma nova política que defenda e valorize a língua e a cultura portuguesas, que apoie a livre criação e fruição artística como parte integrante do progresso e do desenvolvimento do País e da elevação do conhecimento.” (5º eixo central para uma política alternativa de esquerda, 15)*

•

*“Uma actividade turística, importante factor de dinamização económica (em particular do mercado interno) e componente de coesão, que deve garantir a competitividade e viabilidade económica dos destinos e empresas nacionais, exige o acesso de mais amplas camadas sociais inseparável da elevação das condições de vida, o combate à sazonalidade e à diversificação dos mercados emissores, a salvaguarda e valorização do património natural e cultural, a afirmação das regiões de turismo enquanto entidades ligadas ao poder local e regional.” (Vectores estratégicos de uma política económica e social, 19)*

•

*“Para uma efectiva democracia cultural. É necessário e urgente romper com esta política de desresponsabilização e asfixia financeira, de esvaziamento e secundarização da cultura. No quadro da luta por uma democracia plena, a luta e a construção de uma democracia cultural é função e factor das vertentes política, económica e social da democracia.*

*Constituem orientações dirigidas à democratização da cultura como factor de emancipação, social e individual: o acesso generalizado das populações à fruição dos bens e das actividades culturais; o apoio das diversas estruturas do Poder Central e do Poder Local ao desenvolvimento da criação, produção e difusão culturais, com a rejeição da sua subordinação a critérios mercantilistas e no respeito pela pluralidade das opções estéticas; a valorização da função social dos criadores e dos trabalhadores da área cultural e das suas estruturas e a melhoria constante da sua formação e condições de trabalho; a defesa, o estudo e a divulgação do património cultural nacional, regional e local, erudito e popular, tradicional ou actual, como forma de salvaguarda da identidade e da independência nacional; o intercâmbio com os outros povos da Europa e do mundo, a abertura aos grandes valores da cultura da humanidade e a sua apropriação crítica e criadora, o combate à colonização cultural e a promoção internacional da cultura e da língua portuguesas.*

*São medidas indispensáveis para responder às necessidades culturais, aos criadores e trabalhadores da cultura: a reformulação da estrutura orgânica do Ministério da Cultura; uma articulação de políticas entre os Ministérios da Cultura, da Educação e da Ciência e Ensino Superior; Uma política de efectivo apoio ao que deverão ser as componentes de um autêntico serviço público no plano da cultura; a melhoria das condições de exercício, estabilidade profissional e protecção social para os criadores e artistas; o fim da entrega de bens*



*patrimoniais do Estado à gestão privada; uma urgente reformulação da política relativa aos museus; a construção de um sistema público de ensino artístico de qualidade.” (A política cultural, 40)*

•

*“Respeito pela diversidade cultural. Defesa e promoção da cultura portuguesa assente na defesa e divulgação do património cultural e na defesa e promoção da língua portuguesa como forma de salvaguarda e promoção da identidade e da independência nacionais e na dinamização das relações e intercâmbio culturais como factor significativo para uma política de relações internacionais de paz e amizade entre os povos.” (Por uma política externa portuguesa progressista, de cooperação e de paz, 50)*



## **PARTIDO COMUNISTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES – MRPP**

*“A defesa e a promoção do ambiente, do património e da cultura revestem-se igualmente de uma importância crucial para que um novo projecto de sociedade possa fazer o seu caminho, havendo nesta perspectiva que utilizar um mesmo padrão ético e moral para avaliar as relações que os cidadãos mantêm quer com o seu semelhante quer com o seu ambiente natural e material. Não se pode exigir respeito pela natureza onde não existe respeito pelo homem, pelas suas necessidades básicas e pela sua dignidade enquanto cidadão e enquanto trabalhador. É nos processos produtivos que se estabelece a mais importante relação do homem com a natureza e é através da humanização desses processos produtivos que tem de ser construída a necessária identificação dos cidadãos com o ambiente que os rodeia, sem distinção entre as respectivas componentes humana, natural e construída. Representando a cultura de um povo a procura permanente dessa identificação e, bem assim, o conhecimento social acumulado através do trabalho produtivo, da ciência e da luta por uma sociedade melhor, é nesta perspectiva e não na da contínua integração das questões culturais e artísticas nos circuitos comerciais do capitalismo global, que tem de assentar a definição de uma política cultural radicalmente diferente da que existe actualmente.” (Contra o desemprego e contra o capital, 9)*



## **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

*“Lançaremos um conjunto de programas que promovam o desenvolvimento de novas indústrias e serviços da economia do futuro, em sectores como as comunicações, a energia, o ambiente, o mar, a recuperação do património histórico e cultural (como fonte de dinamização do turismo) e a fileira florestal. O Governo orientará o investimento público para dinamizar a economia do futuro.” (Economia, 10)*

•

*“A nossa política de investimento público é radicalmente diferente da que tem vindo a ser seguida, e que constitui um dos maiores erros da governação socialista, que se arrisca a hipotecar o futuro do País por muitos anos. Daremos preferência, sobre investimentos megalómanos de utilidade duvidosa, aos investimentos “de proximidade”, com intervenções de pequena e média dimensão: Aqui incluem-se, por exemplo, a requalificação de centros urbanos, a recuperação de habitação degradada, a habitação para jovens, a requalificação de equipamentos sociais ou preservação de património cultural e turístico, entre outros” (Economia, 12)*

•

*“Fomentaremos uma cultura positiva do envelhecimento, promovendo e divulgando estilos de vida activa, participativa e autónoma, designadamente em actividades de voluntariado social ou em instituições públicas (museus, escolas, centros de dia, artesanato, universidades de terceira idade, etc.). (Solidariedade, 17)*

•

*“Promoveremos uma efectiva política de cooperação transfronteiriça, por exemplo nas redes de serviços públicos, na gestão partilhada dos ecossistemas naturais fronteiriços, na gestão das bacias hidrográficas, na valorização conjunta do património cultural, no incremento dos transportes públicos e na de cooperação científica, tecnológica e empresarial entre as cidades fronteiriças.” (Ordenamento do território e cidades, 33)*

•

*“Valorizaremos o urbanismo e a arquitectura no quadro da política para as cidades, como essenciais ao aumento da qualidade de vida, à promoção do património e da paisagem, à mobilidade urbana e à segurança.” (Ordenamento do território e cidades, 33)*

•

*“Adoptaremos uma visão integrada e transversal das políticas culturais, designadamente com a política educativa e a política económica, visando a formação completa do indivíduo e a definição e promoção de novas dinâmicas do turismo cultural.*

*Daremos prioridade a uma política de preservação do património histórico e cultural, e designadamente do património monumental, em parceria com todas as entidades interessadas.*

*Daremos preferência, de entre os investimentos públicos “de proximidade”, a investimentos para requalificação de centros históricos e preservação de património cultural e turístico, designadamente do património monumental.*

*Incentivaremos a igualdade de oportunidades no acesso aos bens culturais, a descentralização da oferta artística e intelectual e a defesa do património colectivo em todas as suas dimensões.*

*Numa visão descentralizadora, partilharemos as responsabilidades e o poder de decisão no domínio cultural com os agentes e criadores culturais e com as autarquias locais, universidades, fundações, empresas e outras instituições, bem como com os privados e outras entidades, quer na conservação e manutenção do património, quer no estímulo à criação cultural.*

*Estabeleceremos protocolos com as autarquias com a finalidade de valorizar, na perspectiva das cidades, estruturas e equipamentos aí existentes.*

*Definiremos modelos de financiamento público criteriosos, sem lógicas quantitativas que ignorem a qualidade do serviço cultural público, mas acompanhados de exigências que passam pela definição de objectivos e indicadores, para modernização de instrumentos de organização, gestão e avaliação.*

*Adoptaremos um compromisso entre o apoio e a valorização do património cultural e o apoio e a valorização da criação cultural e artística contemporânea.*

*Definiremos claramente quais são os equipamentos culturais estruturantes para o País, num debate prévio com os agentes culturais e profissionais experientes das diversas áreas e sectores artísticos.*

*Racionalizaremos e rentabilizaremos equipamentos, estruturas e recursos – dos museus aos teatros – pela aposta na qualidade da sua programação, na transversalidade e complementaridade da oferta ou nos serviços integrados, como por exemplo lojas.*

*Em parceria com entidades locais ou privadas, reforçaremos os meios materiais e humanos dos museus e arquivos e as condições de acesso aos seus espólios.*

*Definiremos medidas de apoio à internacionalização da cultura nacional, em vários sentidos, designadamente através de intercâmbios.*

*Apoiaremos o desenvolvimento do turismo cultural, centrado na reabilitação de vilas e centros históricos, de monumentos e sítios de reconhecido valor histórico-patrimonial, com vista a consolidar uma rede de oferta de turismo cultural para todo o território nacional.” (Cultura, 34-35)*



## **PARTIDO SOCIALISTA**

*“Explorar relações de complementaridade e de valorização do produto turístico, usando o turismo como plataforma para dar maior visibilidade, nomeadamente, às indústrias criativas, à gastronomia e ao património” (Turismo, 31)*

•

*“Consolidar o acesso das crianças e jovens à educação artística e favorecer o conhecimento do património cultural, designadamente através de programas plurianuais de visitas de estudo” (Conhecimento e cultura, 49)*

•

*“O Governo do PS continuará a desenvolver uma política de preservação do Património Histórico e Cultural, como repositório da memória e instrumento de construção de identidade individual e colectiva, garantindo a valorização do Património Classificado e da Rede Nacional de Museus. Serão adoptadas, entre outras, as seguintes iniciativas:*

- Políticas de mobilização e estabelecimento de parcerias com os cidadãos e as empresas, à semelhança do Cheque-Obra, com vista à preservação, reabilitação e revitalização do Património;*
- Acções de informação e qualificação dos agentes culturais no sentido da elaboração de projectos candidatos a apoio comunitário no âmbito do QREN;*
- Estabelecimento de parcerias com as autarquias, com as confissões religiosas, com fundações ou associações, com vista a reabilitar património classificado, a ser usado pela comunidade;*
- Apoio a processos de reabilitação do património classificado que funcionem como parte ou mesmo semente de um processo de reabilitação urbana e de requalificação e reutilização de saberes e ofícios;*
- Promoção de uma política de reabilitação urbana e de requalificação territorial que favoreça a componente cultural e ambiental, a qualidade de vida e o ordenamento do território, valorizando a contribuição de arquitectos e designers;*
- Promoção, junto dos países onde existem monumentos portugueses, a preservação e revitalização dos mesmos;*

- *Reavaliação dos modelos de gestão dos museus e palácios, envolvendo os cidadãos, as comunidades e as entidades de economia social, associações e fundações, numa gestão em rede;*
- *Reforço dos meios materiais e humanos dos museus, arquivos e outros equipamentos de preservação e divulgação do património cultural, promovendo a tendencial cobertura territorial e a sua sustentabilidade;*
- *Promoção de parcerias que permitam a aquisição de património cultural de elevado valor para o País.” (Património, 56-57)*

•

*“É, tempo, igualmente, de associar à política de cidades uma verdadeira política nacional de arquitectura, desenvolvida em parceria com todos os parceiros interessados e orientada para a qualificação do urbanismo e, em geral, para a valorização do património e da paisagem.” (Ordenamento do território e cidades, 85)*

•

*“Promover, no seguimento do concurso público internacional já lançado, a remodelação do Pavilhão Carlos Lopes para instalar o Museu Nacional do Desporto.” (Mais desporto, melhor qualidade de vida, 88)*

•

*“O PS assume, naturalmente, a obrigação de cumprir o disposto no Estatuto Político Administrativo de cada uma das Regiões Autónomas relativo à transferência da titularidade dos imóveis propriedade do Estado localizados nas Regiões e que se encontram desafectos, não utilizados ou abandonados, agilizando esses processos nos casos em que a obrigação de proteger e valorizar bens do património cultural português construído e em estado de abandono aconselhe a transferência urgente da respectiva propriedade e tutela para o património público regional.” (Regiões autónomas, 94)*

## **SEM REFERÊNCIAS**

FRENTE ECOLOGIA E HUMANISMO

MOVIMENTO ESPERANÇA PORTUGAL

MOVIMENTO MÉRITO E SOCIEDADE

PARTIDO NACIONAL RENOVADOR

PARTIDO DA NOVA DEMOCRACIA

PARTIDO OPERÁRIO DE UNIDADE SOCIALISTA

PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO

PARTIDO TRABALHISTA PORTUGUÊS

PORTUGAL PRO VIDA



## **ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES**

**Museu Arqueológico do Carmo**

**Largo do Carmo**

**1200-092 Lisboa – Portugal**

### **Contactos**

Tel. : 21 3478629/ 21 3460473

Fax: 21 3244255

[www.arqueologos.pt](http://www.arqueologos.pt)

[www.museuarqueologicodocarmo.pt](http://www.museuarqueologicodocarmo.pt)

### **Blogue**

[www.atribunadocarmo.wordpress.com](http://www.atribunadocarmo.wordpress.com)